



Diário Oficial

PODER
Executivo

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000

Volume 122 • Número 47 • São Paulo, sábado, 10 de março de 2012

www.imprensaoficial.com.br

100 anos

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

sábado, 10 de março de 2012

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 122 (47) – 57

Saneamento e Recursos Hídricos

Comunicado

Ata da 49ª Reunião Plenária do CBH - TJ, de 09/12/2011.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê - Jacaré, de acordo com a Lei n 7663 de 30/12/91, realizou a 49ª Reunião Plenária para tratar de vários assuntos de interesse do CBH - TJ, quando foi lavrada a seguinte Ata. No dia 09/12/2011, nas dependências da Fatec Jahu, sito a Rua Frei Galvão, S/N, cidade de Jaú, Estado de São Paulo, atendendo às convocações e convites por ofício do Presidente do CBH - TJ, Prefeito João Francisco Bertoncello Danieletto, Kiko Danieletto, reuniram-se em Sessão Pública os Membros que compõem os vários segmentos do Comitê, conforme livro de presença, para junto deliberarem sobre a ordem do dia. Dando início aos trabalhos ocuparam a Mesa Diretora as seguintes autoridades: Prefeito Kiko Danieletto, Presidente do CBH - TJ, Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende Vice-Presidente do CBH-TJ e o Eng. Heitor Pelaes Secretário Executivo do CBH – TJ. O membro do CBH-TJ pelo segmento Município que estava presente o prefeito (1): Kiko Danieletto – PM de Bocaina e Presidente do CBH – TJ. Os membros presentes representantes do segmento Estado (10): Eng.º Heitor Pelaes – DAEE – Secretário Executivo, Eng.ª Érica Rodrigues Tognetti – DAEE, Eng. José Jorge Guimarães – CETESB – Secretário Executivo Adjunto, Eng.ª Wilma Goulart Barbieri – CETESB, Biol.º Jorge Augusto Carvalho Santos – CBRN, Geol. José Luiz Galvão de Mendonça - SSRH, Geol. Osmar José Gualdi – SSRH, Márcia Cristina Cury Bassoto - Secretaria da Saúde, Amilcar Marcel de Souza – Fundação Florestal e Honório Carlos Fachin – Instituto Florestal. Os membros da Sociedade Civil (7): Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende – FATEC e Vice Presidente do CBH - TJ, Hélio Palmesan – ONG Mãe Natureza – Barra Bonita, Gisele Mondoni Marconato – ONG Mãe Natureza – Barra Bonita, Rudinei Sérgio Pestana – ÚNICA – Araraquara, Kláudio Cóffani Nunes – CIESP, Prof.º Dr.º Adalberto Farache Filho – UNESP- Araraquara e Dorival Aparecido Mansano – OAB-Bauru. Os convidados totalizam 22. Com a palavra o Vice Presidente Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende, iniciando a Reunião, agradece a presença de todos dando as boas vindas, deseja que todos tenham uma ótima reunião. Diz que o Prefeito Kiko Danieletto deverá se atrasar um pouco em razão de uma emergência no Município de Bocaina por conta de fortes chuvas, continuando, diz que a Reunião nesta data deverá dinâmica em razão da pauta extensa e do pouco tempo disponível. Com a palavra o Eng.º Heitor Pelaes cumprimenta os presentes, lê a pauta do dia e coloca a necessidade de alterara a pauta do dia em razão da demanda surgida durante a semana, através da CRHi, para aprovação de duas deliberações pelo Comitê, que o beneficiarão nos pontos para distribuição de recursos financeiros do FEHIDRO no próximo ano. A primeira que aprova o calendário da implantação da cobrança pelo uso da água, já aprovada em 2010, necessitando apenas ser referendada. A segunda fixa os prazos de entrega e de pontuação dos projetos que solicitam recursos FEHIDRO, também já aprovada, necessitando apenas ser referendada. Assim, o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes pede a inclusão destes itens na pauta e a sua inversão, ficando a apresentação do Relatório de Situação 2011 como ultimo item a ser apreciado. Colocada em votação na plenária, a alteração da pauta e a inclusão foram aprovadas. Continuando, o Eng. Heitor Pelaes esclarece como será andamento da reunião, a saber: aprovação da Ata das duas reuniões anteriores de 09/11/2011 e de 25/03/2011; discussão e aprovação da Deliberação CBH-TJ nº 04/2011 que Dispõe sobre a fixação de prazos para apresentação de solicitações ao Comitê,

visando à distribuição dos Recursos do FEHIDRO de 2012; discussão e aprovação Deliberação CBH-TJ nº 05/2011 que Atualiza o Cronograma do Processo da Implantação da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Tietê Jacaré e da outras providências; apresentação, discussão e aprovação da Deliberação CBH-TJ 02/2011 que estabelece a obrigatoriedade por parte do tomador de recursos de FEHIDRO, de enviar à Secretaria Executiva do CBH-TJ relatório final das atividades desenvolvidas com os recursos utilizados; em seguida apresentação das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas; posteriormente apresentação, discussão e aprovação do Relatório de Situação 2011 e finalmente aprovação da Deliberação CBH-TJ nº 03/2011 que aprova o Relatório de Situação com Base em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento e Recursos Hídricos do Tietê Jacaré (UGRHI – 13) para o ano de 2011, ano base 2010. Ainda com a palavra, o Eng. Heitor fala sobre a Ata da 47ª Reunião Plenária do CBH-TJ, de 25/03/2011, que tratou da distribuição de recursos financeiros FEHIDRO 2011, esclarecendo-a. Sem que houvesse manifestações da Plenária, coloca a aprovação da Ata em votação, ao que é aprovada por unanimidade. Em seguida fala da Ata da 48ª Reunião Plenária, realizada em conjunto com o 3º Simpósio de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na Fatec e dá detalhes da reunião. Diz que essa foi uma reunião simbólica em comemoração ao 16º aniversário do CBH-TJ. Como a ata fora enviada previamente para os membros, e como não houve manifestação do Plenário, coloca a aprovação em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passando para o assunto seguinte da pauta, a aprovação das minutas de deliberação CBH-TJ nº 04 e 05/2011. Ainda com a palavra, o Eng. Heitor fala sobre a Minuta de Deliberação 04/2011 que dispõe sobre a fixação de prazos para apresentação de solicitações ao Comitê, visando à distribuição dos Recursos do FEHIDRO de 2012, explica que se trata de deliberação com teor já aprovado em 2009; diz também que em virtude do ano de 2012 ser eleitoral quer saber se os prazos constantes na minuta se manterão ou se a plenária deseja alterar alguma data. Com a palavra o Vice Presidente Prof.º Dr.º Jozrael diz que se houvesse alteração por conta o ano eleitoral seria para antecipar o prazo de entrega, o que não é considerado viável, e postergar é impossível. Com a palavra o Eng. Heitor lê a deliberação para que não restem dúvidas. Feitas as alterações propostas, a deliberação é colocada em votação e aprovada. Dando continuidade à Reunião, o Eng. Heitor apresenta a minuta de deliberação CBH-TJ 05/2011 que atualiza o cronograma do processo da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia Hidrográfica do Tietê Jacaré e da outras providências; também explica que esta é uma deliberação que faz parte das exigências da CRHi para pontuação de distribuição dos recursos do FEHIDRO, sendo que no ano anterior a aprovação da deliberação foi realizada por Ad-Referendum. Continuando, o Eng. Heitor lê a minuta de deliberação e esclarece dúvidas a respeito. Explica que a implantação da Cobrança depende da finalização do cadastro, que por sua vez está na dependência da manifestação por parte da CETESB para consolidação dos dados que lhe cabem, por isso o atraso no cronograma outrora aprovado. Com a palavra o Eng. José Jorge Guimarães, da CETESB – Araraquara, diz que é preciso entender quem é a CETESB neste processo e que em reunião com outros representantes do órgão a cobrança foi colocada como prioridade. Sugere, enquanto Secretário Adjunto do Comitê e funcionário da CETESB, que seja feita uma petição solicitando urgência ao órgão na consolidação desses dados, ou seja, uma prioridade maior na informação dos dados para tão logo se inicie a cobrança. Continuando, diz que a cobrança se faz necessária na bacia do Tietê - Jacaré principalmente em virtude desta bacia ser carente na questão do tratamento de esgoto, área em que a UGRHI é bastante carente, em relação a outras no Estado. Muitos municípios da nossa bacia não possuem tratamento de esgoto, o que é básico. Cidades como Ibitinga, Gavião Peixoto, embora contemplados pelo programa do Governo “Água Limpa”, de Secretaria diversa a da CETESB, ainda não receberam os recursos financeiros. Diz que em nossa bacia temos apenas um em implantação que é Barra Bonita. Sendo assim, ainda restam para tratar Ibitinga, que possui uma grande carga, Bauru que possui a maior carga da nossa região e outros mais. Diz ainda que não podemos aceitar essa situação. Com a palavra o Sr. Rudinei Sérgio Pestana, representante da ÚNICA pela sociedade Civil, questiona ainda de quem foi a decisão do tomador para realização da campanha de divulgação da cobrança, se foi a Câmara Técnica ou a Diretoria. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor responde ao questionamento do Sr. Rudinei dizendo que quando da distribuição de recursos FEHIDRO em março de 2011, foi deliberado pela plenária do CBH-TJ que seria da responsabilidade da Presidência do Comitê deliberar a respeito de quem seria o tomador para fazer a divulgação da cobrança no âmbito do CBH-TJ. Explica que o Comitê não possui personalidade jurídica e por isso não pode tomar recurso, como todos sabem, então houve a necessidade de buscar um tomador para esse recurso que trabalhasse em consonância com a Secretaria Executiva e com os membros da Plenária e cumprisse a solicitação do próprio Comitê de como deveria ser essa divulgação. Outros Comitês escolheram associações, serviços de águas municipais entre outros. Nosso Presidente achou por bem tomar para si esta responsabilidade e indicar a sua prefeitura como tomador. Mas nesse processo nos deparamos com uma burocracia enorme que toda prefeitura deve seguir, o que atrasaria em muito o processo de divulgação. Em razão desses fatos a Presidência deliberou que o tomador será o SAEMJA – Serviço

de Águas e Esgoto do Município de Jahu. Continuando, o Eng. Heitor Pelaes responde à fala do Eng. José Jorge Guimarães da CETESB; diz que teve a grata satisfação de acompanhar a quatro projetos já encerrados e inaugurados do Programa “Água Limpa” em nossa Bacia, sendo assim no nosso Comitê já forma realizadas cinco obras do Programa “Água Limpa”, das quais participou de quatro. Diz que também acompanha a obra de Barra Bonita e que já são certos para o ano de 2012 outros projetos aprovados e pertencentes ao nosso Comitê. Paralelo a essas ações, outro município de nossa bacia, o município de Dourado, de gestão da Sabesp, segundo o Eng. Omar José Gibran, iniciará em 2012, a construção do sistema de tratamento de esgoto, com isso em termos de município nosso Comitê ficará quase que satisfatoriamente atendido. Faltará o município de Bauru, que segundo informações obtidas no evento de celebração de 20 anos da Lei das Águas, a Sabesp já está em contato com o município para disponibilização de cerca de 70% dos recursos necessários para implantação do tratamento de esgoto na cidade, realizando assim em parceria com a Prefeitura, o tratamento de esgotos em Bauru. Terminada a explanação, o Secretário Eng. Heitor passa a palavra ao Sr. Vice Presidente para conduzir a votação da sugestão do Eng. José Jorge Guimarães. Com a palavra Prof. Dr. Jozrael Henriques Rezende diz que é muito pertinente a sugestão do Eng. José Jorge, uma vez que considera que o processo de implantação da cobrança paralisou por conta e causa da CETESB, isso está muito claro. Diz que em relação ao esgoto pensa que a bacia evoluiu muito depois de iniciado o trabalho do Comitê, antes do CBH-TJ em 1998 tínhamos apenas 8% dos municípios da bacia com tratamento de esgoto e em 2011 esse número passa de 50%, pondera que evoluímos bastante. Contudo, defende a confecção de uma carta ao presidente da CETESB pedindo que ele cumpra o seu papel, porque, infelizmente, existem pessoas da própria Secretaria do Meio Ambiente que negligencia o papel dos Comitês de Bacia, que não participam das reuniões e não envia seus representantes. Diz que esta é uma questão que particularmente o incomoda bastante, sendo que uma cobrança que deveria começar em 2010 quiçá começará em 2013, é o que acredita que vai acontecer. Diz que precisamos da CETESB, que sabemos da competência e da capacidade dos técnicos, mas eles precisam estar conosco. Então, considera que esta carta já é tardia, porque se os dados do DAEE estão prontos desde o mês de abril e nos encontramos no mês de dezembro e os dados estão na CETESB e não temos acesso, este órgão está prestando um desserviço ao não fornecer esses dados para nós. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor anuncia a presença do Presidente do CBHTJ Prefeito Kiko Danieletto. Com a palavra o Presidente Kiko Danieletto pede desculpas pelo atraso explicando que em Bocaina houve uma chuva acima do esperado causando alguns danos em obras do município. O Presidente saúda a presença de todos. Com a palavra o Eng. Heitor pede a compreensão de todos para que as falas sejam o mais breve e objetivas possíveis, tendo em vista a extensão da pauta e o horário apertado, diz ainda retomando a pauta da Reunião, deveríamos deliberar sobre a carta a ser enviada à CETESB. Com a palavra o Eng. José Jorge Guimarães diz que sua proposta não é para que a Diretoria do CBH-TJ pressione a CETESB, porque se trata de um órgão parceiro dos Comitês e que gostaria que carta contivesse a data em que o cadastro foi enviado ao órgão e ressaltando o fato de que a cobrança está atrasada em seu cronograma. Diz que ainda considera nosso Comitê bastante atrasado com relação ao tratamento de esgoto. Com a palavra o Vice Presidente Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende coloca em votação a minuta de deliberação CBH-TJ 05/2011 que atualiza o cronograma do processo da implantação da cobrança e a sugestão de confecção da carta endereçada à CETESB solicitando os dados necessários ao cadastro de usuários para a implantação da cobrança. Ambas são aprovadas por unanimidade. Após aprovada a minuta de deliberação CBH-TJ 05/2011, ainda recebeu um último questionamento do Prof.º Dr.º Jozrael que disse se no cronograma não deveria constar como divulgação as ações já realizadas, uma vez que foram realizadas várias audiências públicas em diversos municípios diferentes. O Eng. Heitor esclarece que as audiências foram sim um modo de divulgação, mas no âmbito dos participantes do Comitê e que a divulgação de que trata o cronograma é mais ampla e prevê alcançar o usuário final. Fazendo uso da palavra o Presidente Kiko Danieletto passa para o próximo assunto da pauta que é a discussão e aprovação da minuta de deliberação CBH-TJ 02/2011 que estabelece a obrigatoriedade por parte do tomador de recursos de FEHIDRO, de enviar à Secretaria Executiva do CBH-TJ relatório final das atividades desenvolvidas com os recursos utilizados e coloca em discussão. Com a palavra o Prof.º Dr.º Jozrael esclarece que esta deliberação já foi colocada em discussão na Reunião do mês de julho, mas possuía algumas alterações a serem feitas a partir de sugestões da plenária. A deliberação foi discutida na reunião última da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão e trata basicamente da obrigatoriedade do envio de cópias impressas e digitais abertas do produto final de todos os projetos contemplados com recurso do FEHIDRO no âmbito do CBH-TJ à Secretaria Executiva. São dois objetivos, o primeiro é criar no Comitê um banco de dados que auxiliará até a elaboração de novos projetos e permitirá uma prestação de contas ao Comitê de uma forma muito mais transparente e objetiva das ações realizadas com recurso público; o segundo trata da questão das cópias digitais abertas, como mapas, visa melhorar a eficiência da utilização dos recursos, porque temos financiado projetos para compra de imagens e elaboração de mapas que já foram elaborados, assim acabamos por financiar o mesmo

produto final duas ou mais vezes. O que se quer é evitar essa situação e disponibilizar para uso em outros projetos, desde que solicitado formalmente e que seja citada a fonte. Continuando, lê a deliberação. Com a palavra o Presidente Kiko Danieletto diz que esta é uma deliberação é um projeto de sustentabilidade que promove economia de recurso e de tempo. Continuando coloca a deliberação em votação, que é aprovada por unanimidade. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor chama os coordenadores das Câmaras Técnicas para que apresentem um relatório de ação de cada uma durante o ano de 2012. Com a palavra o Geólogo Osmar José Gualdi, Coordenador da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, diz que a CT se reuniu juntamente ao CT de Saneamento no dia 30 de setembro de 2011 em Araraquara para discutir a Minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação da Zona de Afloramento do Manancial Sistema Aquífero Guarani, que foi apresentada por representantes da Secretaria de Meio Ambiente. A Minuta será apresentada em todos os Comitês e o nosso foi primeiro a recebê-los, a fim de manifestar através de sugestões e fomentar a discussão acerca do tema. Continuando explica a situação do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo. Com a palavra a Sra. Cláudia Alice Baccaro, Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento, diz que é uma minuta longa com cinquenta e dois artigos em onze capítulos e que apresentará um resumo da minuta. Continuando, fala dos objetivos da minuta de lei e apresenta as sugestões dadas pelas Câmaras Técnicas de Saneamento e Águas Subterrâneas (ata da Reunião das Câmaras Técnicas e sugestões anexas a esta Ata). Com a palavra o Eng. Heitor diz que as sugestões serão encaminhadas oficialmente à Secretaria de Meio Ambiente, embora seus representantes já tenham anotado e considerado durante a realização da Reunião. Dessa forma, o Comitê precisa aprovar as sugestões para que a Diretoria as encaminhe. Com a palavra o Presidente Kiko Danieletto coloca em discussão e depois em votação as sugestões aprovadas pelas Câmaras Técnicas, que foi aprovada pela maioria. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor chama o Coordenador da Câmara Técnica de Educação Ambiental Biol. Mariano Maudet Bergel para apresentar o relatório de ações da CT. Com a palavra o Biol. Mariano Bergel explica a dinâmica de funcionamento estabelecida para as reuniões e demonstra as discussões incorridas sobre a possibilidade de um projeto regional de educação ambiental. Com a palavra o Eng. Heitor diz que o Biol. Mariano deveria continuar sua fala apresentando o relatório da sua participação como representante do CBH-TJ no II Seminário Nacional de Formação em Educação Ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos realizado em Bento Gonçalves - RS, assim como o Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende apresentaria o relatório da sua participação como representante do CBH-TJ no XIII ENCOB realizado em São Luis – MA, e a Eng.ª Érica Rodrigues Tognetti apresentaria o relatório da sua participação como representante do CBH-TJ no IX Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos realizado em Barra Bonita – SP; porém, tendo em vista o pouco tempo, essas três falas ficarão para a próxima reunião plenária, como prestação de contas à Plenária. Com a palavra o Vice Presidente Prof.º Dr.º Jozrael Henriques Rezende apresenta o relatório de ações da Câmara Técnica de Recursos Naturais da qual é coordenador. Diz que a CT realizou uma reunião diferente do que costuma realizar, se reuniram com os interlocutores do Programa Município Verde Azul, para que pudessemos ouvir aos quatro municípios exitosos no Programa e trocar experiências. Durante a reunião também ocorreu uma discussão a respeito do plano de ação ambiental do Programa na tentativa de que o Comitê ajudasse aos municípios nessa tarefa. Continuando, fala sobre a participação do CBH-TJ no ENCOB, informando que foi muito proveitoso e bastante produtivo; houve oferta de minicursos, uma discussão sobre o papel do Comitê na questão do saneamento, sobre a gestão das águas, tratando bem especificamente dos centros urbanos; e finalmente a assembléia geral. Diz que todas as palestras e discussões estão disponíveis no site do ENCOB. Continuando, apresenta conceitos importantes a respeito de plano de bacia, que aprendeu no ENCOB, e falou em como aplicá-los no nosso Comitê. Com a palavra o Presidente Kiko Danieletto diz que precisará se ausentar em razão dos problemas ocorridos em seu município, como já informado no início da Plenária. Despede-se, agradecendo a presença de todos e deseja boas festas. Após uma pequena pausa o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes toma a palavra para dar continuidade à Reunião e diz que a Plenária pôde notar que cada Câmara Técnica apresentou um relatório de suas atividades durante o ano de 2011, fato inédito no CBH-TJ. Mas, faltou a Câmara de Planejamento e Gestão, assim, ele explica que esta Câmara desenvolveu a Minuta de Deliberação CBH-TJ 02/2011 e o Relatório de Situação. Dando continuidade, chama o Biol. Jorge Augusto de Carvalho Santos, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, para apresentação do Relatório de Situação de 2011. Com a palavra o Biol. Jorge Augusto, disse que a Secretaria Executiva enviou um questionário para os tomadores que tiveram projetos concluídos neste ano, num total de sete, já colocando em prática a idéia da Deliberação CBH-TJ 02/2011, em seguida, começa a apresentar o relatório, explicando a metodologia e dando ênfase aos comentários, uma vez que os dados são informados por cada Órgão gestor não cabendo alteração e que o Relatório já foi discutido e aprovado na reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, realizada em 02/12/2011. Feitas as alterações sugeridas pela Plenária, a Minuta de Deliberação CBH-TJ nº 03/2011 que aprova o Relatório de Situação com Base em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Tietê

Jacaré (UGRHI – 13) para o ano de 2011 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Com a palavra o Secretário Executivo Eng. Heitor Pelaes diz que o Relatório será enviado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e publicado no site do CBH-TJ. Como nada mais havia de ser tratado, o Secretário Executivo encerra a Reunião Plenária, agradecendo a presença e participação de todos e deseja boas festas e um ótimo retorno a todos. Todas as Deliberações Aprovadas nesta Plenária já foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de dezembro de 2011.

Comunicado

Ata da Reunião da Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas, realizada no dia trinta de setembro do ano de dois e onze, nas dependências do DAEE, localizado na Avenida Capitão Noray de Paula e Silva, 135, Jardim Panorama, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, onde estavam presentes os membros das Câmaras Técnicas de Saneamento e Águas Subterrâneas para discussão e aprovação da seguinte pauta: apresentação da Minuta de Lei específica da Área de Proteção e Recuperação da Zona de Afloramento do Manancial Sistema Guarani pela equipe da SMA/IPT. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos com a presença da maioria dos membros das Câmaras Técnicas de Saneamento e de Águas Subterrâneas, conforme lista de presença assinada por todos. Estavam presentes também a Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento a Sra. Claudia Alice Baccaro – Superintendente do Serviço de Água e Esgoto do Município de Jau e o Coordenador da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas o Sr. Osmar Jose Gualdi, funcionário de carreira do DAEE. Agradecendo a presença de todos, o Secretário Executivo do Comitê T-J, Sr. Heitor Pelaes, passou a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Camargo, responsável pela apresentação da minuta de Lei. Sr. Paulo iniciou sua fala, fazendo uma prestação de contas sobre o levantamento elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - IPT sobre os dados coletados sobre a situação das áreas de afloramento do Aquífero Guarani na nossa região e em todo o estado de SP. Falou sobre a importância de uma lei específica para cuidar dos interesses de preservação do Aquífero e que todos devem estar empenhados. Falou também que a minuta foi redigida baseada nos levantamentos apontados pelo IPT, após anos de pesquisa e que o nosso Comitê T-J é o primeiro a analisar a lei e propor alterações no que entender necessário. A mesma apresentação já esta agendada para os demais comitês que pertencem à zona de afloramento do aquífero, onde todos poderão dar suas opiniões e sugestões e somente ao final de todas as apresentações e sugestões apresentadas em plenária que aí sim a Minuta sofreria alterações para se adequar as sugestões propostas por todos. Terminada a apresentação todos se encaminharam para uma sala de exposição que contém material retirado do aquífero e fica a disposição dos técnicos, estudantes e curiosos que querem conhecer um pouco mais sobre o aquífero. Muitos os presentes não conheciam a composição rochosa do aquífero o que tornou a demonstração bastante interessante para todos. Voltando a sala para discussão da minuta, foram sendo apresentados os itens da Lei e todos puderam dar suas opiniões e sugestões. As sugestões apresentadas foram as seguintes: Dorothy – CETESB: Título – Mudar de Área de Proteção e Recuperação da Zona de Afloramento do Manancial Sistema Aquífero Guarani para Área de Proteção e Recuperação do Manancial Sistema Aquífero Guarani. Artigo 2º - Inserir Planejamento de Uso e Ocupação do Solo, que, de acordo com a Legislação, é responsabilidade do município. Artigo 4º inciso VIII- Esqueceram a fauna. Substituir vegetação por fauna e flora. Artigo 5º- inciso I- Alterar de “O Plano Estadual de Recursos hídricos e respectivos instrumentos” para “A Política Estadual de Recursos hídricos e respectivos instrumentos”. Artigo 5º- Inserir inciso XV – Enquadramento dos recursos hídricos subterrâneos de classe de qualidade de para uso preponderante. Levantar em consideração Decreto SMA 32955. Artigo 13º- Alterar de “Os limites máximos de cargas ou resíduos lançados no solo serão...” para “Os limites máximos de cargas poluidoras lançadas no solo serão...”. Jorge Guimarães – CETESB: Artigo 16º-inciso IV- difícil operacionalizar o controle dos sistemas individuais. Caberá ao município controlar as unidades individuais. Artigo 27º Proposta: Esclarecer a Lei nas Prefeituras e o papel das Prefeituras no cumprimento da Lei. Julio – PM de Brotas: Preocupação com a regulamentação posterior. Abrir discussão sobre a regulamentação com a sociedade. Foi sugerido por Claudia Alice Baccaro abrir um prazo até o dia quinze de outubro de dois mil e onze para que aqueles que não puderam comparecer a reunião pudessem dar sua colaboração na minuta de Lei através de e-mail: superintendencia@saemja.jau.sp.gov.br, sob a responsabilidade da Sra. Claudia Alice Baccaro, em estar recebendo-os, o que foi aceito por todos os presentes. Ficou decidido que as sugestões encaminhadas e as propostas na reunião seriam aprovadas na próxima plenária que após fosse encaminhada a Secretaria de Meio Ambiente como sugestão de alteração na minuta da lei. Sem mais nada havendo, o Sr. Osmar Jose Gualdi agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da ata pela Sra. Claudia Alice Baccaro.

1 - Sugestões para Minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação da Zona de Afloramento do Manancial Sistema Aquífero Guarani

Reunião das Câmaras Técnicas de Saneamento e Águas Subterrâneas- 30/09/2011

Dorothy – CETESB

Título – Mudar de Área de Proteção e Recuperação da Zona de Afloramento do Manancial Sistema Aqüífero Guarani para Área de Proteção e Recuperação do Manancial Sistema Aqüífero Guarani
Artigo 2º - Inserir Planejamento de Uso e Ocupação do Solo, que, de acordo com a Legislação, é responsabilidade do município

Artigo 4º inciso VIII- Esqueceram a fauna. Substituir vegetação por fauna e flora

Artigo 5º- inciso I- Alterar de “O Plano Estadual de Recursos hídricos e respectivos instrumentos” para “A Política Estadual de Recursos hídricos e respectivos instrumentos”

Artigo 5º- Inserir inciso XV – Enquadramento dos recursos hídricos subterrâneos de classe de qualidade de para uso preponderante.

Levar em consideração Decreto SMA 32955

Artigo 13º- Alterar de “Os limites máximos de cargas ou resíduos lançados no solo serão...” para “Os limites máximos de cargas poluidoras lançadas no solo serão...”

Jorge Guimarães – CETESB

Artigo 16º-inciso IV- difícil operacionalizar o controle dos sistemas individuais. Caberá ao município controlar as unidades individuais

Artigo 27º Proposta: Esclarecer a Lei nas Prefeituras e o papel das Prefeituras no cumprimento da Lei Julio – PM de Brotas

Preocupação com a regulamentação posterior. Abrir discussão sobre a regulamentação com a sociedade.

2 – Sugestões após a reunião do dia 30/09/2011, onde foi aberto prazo para contribuições, através de e-mail, que se encerrou no dia 15/10/2011.

Osmar J. Gualdi – DAEE

No parágrafo 20 do Art. 10, entende que deveria ser definido um valor para as áreas limítrofes, pois como está colocado: com no mínimo 2 km de largura, contados a partir da borda da área de afloramento, fica muito vago. Pode se chegar a 5, 10, 30 km... Poderia ser 5 km, área já coberta por camada espessa de rocha basáltica, e definida para questão de gerenciamento.

No Art. 40, inciso III, incluir também os programas na área da Saúde.

No Art. 22, inciso III, incluir também o fator quantitativo para as águas superficiais.

Leslie Castro – SAEMJA

Sugere que um dos objetivos deveria ser o incentivo a implementação do reuso de água, buscando desta forma diminuir a sua retirada da natureza.

Na legislação americana, o usuário somente pode fazer a retirada de água da natureza se não houver disponibilidade de água de reuso a montante de sua localização. Este assunto ainda é pouco discutido e me parece uma oportunidade de incluí-lo.